

PROBLEMAS DE CITAÇÕES CASOS MAIS RECORRENTES DE PLÁGIO

Andréia Almeida Mendes (DOCTUM)

estefanemoreira06@gmail.com

Estéfane Moreira de Carvalho (DOCTUM)

Samuel Firmino de Brito (DOCTUM)

Thatiany Gonçalves Leite (DOCTUM)

Aquiles de Souza Torres (DOCTUM)

David Gomes Hibner (DOCTUM)

1. *Introdução*

O plágio que conhecemos hoje não surgiu nos últimos tempos. Ele também esteve presente na história, porém como um conceito diferente. Segundo Silva (2008), é importante lembrar que o plágio sofreu mudanças ao longo do tempo; em seu artigo, a autora cita o plágio antes do Iluminismo, o qual tinha sua utilidade na disseminação das ideias. As obras dos autores eram traduzidas por outros e por eles assinadas a fim de que, cada vez mais, as regiões mais distantes pudessem ter acesso aos conteúdos publicados.

Entretanto, com o advento da Internet, o tema das violações dos direitos autorais e da propriedade intelectual veio à tona; com o aparecimento na literatura de uma série de trabalhos sobre o assunto desde 1996, com o início da consolidação da WWW por Connors, quando o mesmo já previa o aparecimento de sites especializados em fornecer cópias de trabalhos acadêmicos (BARBASTEFANO & SOUZA, 2007).

Desde então, a prática do plágio veio se tornando cada vez mais comum, principalmente no meio acadêmico. Os alunos não dão importância às possíveis consequências do ato; é como se nunca fosse acontecer com eles. Podemos comparar até a um vício, que por mais que saibamos o resultado que poderá acarretar, tanto por exemplos alheios e conscientizações realizadas por outras pessoas, agimos como se fôssemos inalcançáveis, imunes, diferentes de todos os outros que estão ou estiveram na mesma situação que nós. Entretanto, a distância existente entre nós e o plágio é bem menor do que possamos imaginar ou aceitar.

Quando um aluno copia algum trabalho acadêmico completo, ou simplesmente recorta vários trechos de variados autores ou ainda o reescreve com suas palavras, está praticando os chamados plágios total, par-

cial e conceitual, respectivamente; e, além de estar fraudando a avaliação de seu professor, contribui para que seu aprendizado diminua a cada vez mais, uma vez que o aluno precisa desenvolver sua interpretação, suas ideias, e não simplesmente ser meio informativo. (NERY et alii, 2008-2010)

O que o aluno pode fazer são citações ao longo do desenvolvimento de sua própria ideia a trechos ou ideias desenvolvidas por outros autores em que seu trabalho esteja sendo baseado, pois as obras e seus autores podem e até devem ser consultados no desenvolvimento de uma ideia e também citados; desta forma, o trabalho adquire até uma maior credibilidade. São vários os métodos utilizados, apresentados aos alunos inclusive, através da metodologia do trabalho científico, disciplina geralmente presente no início dos cursos; basta adequar ao seu texto o tipo de citação necessária, sem cópia! (NERY et alii, 2008-2010)

Devemos ressaltar, no entanto, que, na criação de um texto, o aluno não deva somente fazer citações a autores, reescrevendo trechos de suas obras intelectuais e se referindo de onde foram retirados, utilizando somente o famoso “copiar e colar”. A citação por si só não agrega a credibilidade da qual falamos anteriormente. As obras e autores devem sim ser referência, base, exemplo, complemento, mas de uma conclusão feita pelo aluno através de seus estudos e pesquisas. Este deve expor a sua ideia, o seu aproveitamento com relação às obras intelectuais de outros, apresentando-as sempre como fundamento para o resultado obtido por ele através de suas pesquisas.

Paiva (2010) demonstra que o uso indiscriminado da tecnologia pelo aluno pode privá-lo de pensar. O autor diz ainda que o aluno que pratica o plágio adquire o costume de pegar para si o que não lhe pertence. É tanto profissionalmente quanto moralmente prejudicial, sem ainda citarmos o que diz a lei.

A nossa consciência, como alunos, portanto, deve ser tal que, apesar de um bom trabalho exigir maior disponibilidade de tempo, maior dedicação, paciência, é através de tudo isso que obtemos maior aproveitamento. Sugamos melhor os conteúdos, desenvolvemos melhor as nossas ideias, abrangemos nosso nível de conhecimento uma vez que a fazemos uma pesquisa bem feita, enfim, nos tornamos excelentes profissionais. Atualmente, com toda a concorrência existente e a escassez de vagas de emprego na maioria das áreas e em todo o país, este é o diferencial.

2. *De acordo com a lei e com a moral*

Apropriar-se de um trabalho de uma pessoa que talvez tenha se empenhado até durante anos para obter tal resultado, além de imoral, antiético, e prejudicial a sua formação profissional, é crime.

Os direitos autorais visam garantir os direitos morais e patrimoniais do autor em relação à obra que criou. (BARBASTEFANO & SOUZA, 2007). De acordo com o Art. 524 do Código Civil, “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que, injustamente, os possua”.

No código penal temos o crime contra o direito autoral previsto nos artigos 7, que define as obras intelectuais que são protegidas por lei; 22 a 24, onde regem os direitos morais e patrimoniais da obra criada, como pertencente ao seu autor; Art. 33, diz que ninguém pode utilizar da obra de um autor, sem a permissão deste; Art. 101 a 110, tratam das sanções cíveis aplicáveis em casos de violação dos direitos autorais, sem exclusão das possíveis sanções penais; Art. 184 configura como crime de plágio o uso indevido da propriedade intelectual de outro, e o Art. 299, que define o plágio como crime de falsidade ideológica. As penas variam de multas a reclusão por até 5 anos. (NERY et alii, 2008-2010)

Vale ressaltar que, embora não sendo permitida a reprodução de uma obra intelectual sem a autorização de seu autor, a lei não considera como ofensa aos direitos autorais a citação de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, desde que indicando o nome do autor e a origem da obra, assim como já tratamos anteriormente. (BARBASTEFANO & SOUZA, 2007)

Interessante citarmos aqui o chamado *Creative Commons*. Este projeto, idealizado em 2001 por Lawrence Lessing, professor da Universidade de Stanford (EUA), foi criado com o intuito de usar os direitos autorais de forma que não impedisse a difusão, recombinação e compartilhamento de uma obra, ou seja, os autores, ao publicarem suas obras, permitem ao público alguns direitos sobre a sua criação, sem deixar de resguardar para si o direito original pela criação, assim como outros direitos também. (NERY et alii, 2008-2010). Este sistema permite que o autor decida as licenças que disponibilizará ao público, para que utilize suas ideias como base. Tais licenças variam de uma renúncia quase total dos direitos autorais por parte do autor até outras mais restritivas, que proíbem derivações ou uso comercial das criações licenciadas.

O Brasil foi o terceiro país a adotar este sistema, e as licenças *Creative Commons* foram traduzidas e adaptadas à nossa legislação. São mais de 150 milhões de obras licenciadas, entre elas: o site da Agência Brasil e o site da Casa Branca. (NERY et alii, 2008-2010)

Importante sempre é observar sob qual tipo de licença *Creative Commons* o autor da obra sobre a qual se deseja trabalhar disponibilizou sua criação. Assim, saber-se-á como poderá utilizá-la de acordo com a legislação. (NERY et alii, 2008-2010)

3. Internet e plágio

Segundo Barbastefano e Souza (2007), a utilização indevida das fontes em trabalhos acadêmicos é estudada por diversos autores que apontam uma série de causas para o fenômeno do plágio, tais como: a facilidade de acesso à informação proporcionada por meio do acesso à internet; a falta de capacidade de parafrasear; o fato de os alunos darem pouco valor ao próprio trabalho; a falta de análise crítica de informação obtida; o incentivo ao plágio nos níveis fundamental e médio; facilidade de acesso a programas de tradução; e o desconhecimento de regras e legislações vigentes.

Já os alunos, conforme Silva (2008), por meio de uma pesquisa realizada com 20 graduandos em Letras da Universidade da Bahia, justificam o uso dos textos da internet por vários motivos, dentre eles: suprir a falta de tempo para exaustivas pesquisas bibliográficas; pela variedade de opções oferecidas pela internet; para ajudar na construção dos argumentos; para facilitar as atividades acadêmicas e para suprir a falta de livros na biblioteca da faculdade.

É muito fácil construir trabalhos por meio do plágio. Bem mais rápido, simples e até eficaz para se concluir um curso, no caso de a Instituição de Ensino não ter nenhum tipo de controle quanto a isso. E isto é muito importante. Se a instituição de ensino não conscientiza seus alunos e ainda não se propõe a controlar a ação dos plagiadores, não está cumprindo com o seu papel, não está fornecendo o serviço adequado. Formará sempre profissionais de má qualidade e nunca será reconhecida entre as demais.

Identificar a prática do plágio manualmente não é uma tarefa simples, requer grande esforço e tempo dos professores (LIMA, 2007). E com este vasto mundo de informações e a facilidade de acesso a elas, fi-

cou muito difícil limitar e punir as ações dos plagiadores. Então, alguns *softwares* de busca de similaridade na internet e em banco de dados foram desenvolvidos ao longo dos tempos.

Segundo Ji, Woo e Cho (2007), duas metodologias para detecção de plágio em código fonte são utilizadas: contagem de atributos e comparação de estruturas.

Contagem de atributos é uma metodologia que extrai e calcula informações como: a frequência de palavras e número de ocorrências de atributos de um documento (LIMA, 2011).

Já para detectar o plágio em documentos de texto, são analisados por determinados fatores, como: a comparação do vocábulo do documento analisado com vocabulário de documentos conhecidos, a mudança de vocabulário; geralmente, diferentes textos possuem diferentes pontuações, sempre existirá uma similaridade entre os textos escritos sobre o mesmo tema; a ocorrência de erros gramaticais iguais em dois textos distintos também é um fator indicativo de plágio (LIMA, 2011).

Hoje, temos fácil acesso a diversos sites e *softwares* de detecção de plágio disponíveis na internet. Uns são gratuitos, outros já exigem pagamento pelo serviço.

4. Conclusão

São várias as dificuldades que nos cercam quando somos acadêmicos. Muitos trabalham para custearem os estudos e, na maioria das vezes, são estudantes que trabalham até mais de quarenta horas semanais, e que ainda possuem a dificuldade de locomoção rápida e fácil. Mesmo que se diga que “o tempo é a gente que faz”, vinte e quatro horas são poucas demais para que se cumpra toda a rotina e se satisfaça todas as necessidades físicas próprias do ser humano.

Em um mundo tão vasto de conteúdos como o mundo virtual, é realmente muito tentador nos poupar tempo e fazer plágios de trabalhos em que gastaríamos uma “eternidade”.

No entanto, trata-se de um crime, por muitas vezes esquecido, ou melhor dizendo, “colocado no esquecimento” de milhares de estudantes e demais pessoas de todo o mundo, de forma que, mesmo após a leitura deste texto, por exemplo, muitos irão “colocá-lo neste tal esquecimento”. Afinal de contas, temos o terrível costume de achar que nenhuma das

consequências das quais trataremos acontecerá conosco. Assim, isso será mais agradável do que a preocupação e o empenho em mudar esta realidade.

Mas podemos afirmar diante de tudo o que foi colocado que o conhecimento e experiência adquiridos por meio da produção (e não reprodução) correta de trabalhos acadêmicos e o reconhecimento por meio do possível sucesso na execução destes, são, sem dúvida, as melhores e impagáveis recompensas, seja no âmbito moral ou profissional. Pensemos nisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38 maio/ago. 2008.

NERY, Guilherme et alii. *Nem tudo que parece é*: entenda o que é plágio. Cartilha sobre direitos autorais convenção universal lei de direitos autorais/constituição. Comissão de Avaliação de Casos de Autoria (biênio 2008-2010), do Departamento de Comunicação Social – Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense.

LIMA, Eudes de Castro. *Análise de técnicas e ferramentas de detecção de plágio, e desenvolvimento de um protótipo de nova ferramenta*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Sistemas de Informação, UFF: Lavras, 2011.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes. *Plágio em trabalhos Acadêmicos: uma pesquisa com alunos de graduação*. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP. Foz do Iguaçu, 2007.

PAIVA, Ricardo Bacelar. *Proposta de adoção de medidas para prevenção do plágio nas instituições de ensino e do comércio ilegal de monografias*. Proposição 2010.19.07379-01. Origem: Ricardo Bacelar Paiva – Membro da Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI), 2010.